

Meta é a recuperação do mercado

O programa social de emergência será um dos primeiros movimentos de uma série de providências a ser adotada pelo governo para reduzir os impactos recessivos e criar condições de retomada gradual do crescimento da economia, a longo de 1993. Ao ativar níveis localizados de emprego, além de reduzir diretamente graves problemas sociais e o drama de muitas famílias, o governo estará reagregando ao mercado consumidor um grande número de pessoas. Esta agregação vai servir de estímulo à atividades produtoras.

Numa outra ponta, ao deflagrar aprovação de um conjunto de medidas de estímulo à produção de alimentos no País, o governo estará também gerando mais empregos no campo e criando condições de estabilização nos preços dos produtos agrícolas, ajudando, com isto, a política de combate à inflação.

Com o crescimento da produção de alimentos, vários outros setores vão estar sendo estimulados indiretamente, destacando-se, aí, os segmentos industriais de produ-

ção de fertilizantes, defensivos, equipamentos agrícolas (tratores, colheitadeiras etc.), veículos utilitários e caminhões. Este último segmento industrial vem atravessando uma crise muito séria, com queda na produção e ameaça de demissões em massa.

Nesta mesma direção, o incremento do programa da merenda escolar vai estar garantindo a compra de produtos agrícolas a pequenos e médios produtores, principalmente, gerando mais renda no meio rural e mais efeitos indiretos sobre a indústria e, ao mesmo tempo, atenuando os graves problemas de desnutrição infantil e de tensões sociais nas grandes cidades.

Nos passos seguintes dentro do aprofundamento dos programas de conteúdo social, direto ou indireto, o governo pretende criar novas linhas de crédito e novos estímulos às micro, pequenas e

empresas.

liás, por
O Banco do Brasil, ali, Alcir iniciativa do seu presidente longa Augustinho Calliari, após

conversa com o presidente Itamar Franco, já saiu na frente nesta orientação do governo, anunciando uma linha de crédito especial, de US\$ 250 milhões, mediante prazos de 365 dias e juros reais de 12% ao ano para financiar a folha de pagamentos do 13º salário de micro, pequenas e médias empresas em todo o território nacional. A medida vai beneficiar aproximadamente 30 mil empresas em todo o País, favorecendo, assim, milhares de trabalhadores que vão poder consumir mais e estimular a produção neste final de ano.

Usando a liderança do Banco do Brasil, o governo quer sinalizar taxas de juros menores e estimular a entrada de outras instituições financeiras em aplicações de prazos mais longos, de modo a favorecer a retomada dos investimentos em 1993 e, com isso, a volta do crescimento econômico. Entretanto, segundo se diz no Ministério do Planejamento, o ponto decisivo para impor fim ao ciclo recessivo está na aprovação, pelo Congresso, da reforma fiscal. (Helival Rios)